



Por uma Melhor Gestão da Coisa Pública

Caro Leitor,

O primeiro número do "Alerta" de 2014 é dedicado às actividades desenvolvidas no decurso do ano findo pelas quatro equipas técnicas existentes no TCCV, ou sejam, de fiscalização preventiva, dos Institutos, Fundos e Serviços Autónomos, dos Municípios, suas Associações e Escolas Secundárias, e do Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Assim, nele poderão encontrar informações sobre as actividades realizadas nas várias equipas de trabalho bem como, uma perspectiva das principais acções a serem desenvolvidas no ano que agora começa.

Tenha uma boa leitura,

A Direcção

Principais resultados do Ano 2013 da Equipa da Fiscalização Preventiva



O plano de actividades de 2013, previa a fiscalização de todos actos e contratos sujeitos a visto e uma acção de auditoria a ser realizada por uma equipa mista de fiscalização prévia e sucessiva.

Tipos Processos	Analizados	Visados	Recusados	Devolvidos
Nomeação	267	226	4	26
Próvisória	144	140	3	1
Definitiva	7	7	0	0
Em Comissão de Serviço	115	78	1	25
Em Substituição	1	1	0	0
Contrato	171	146	1	20
De Trabalho	48	35	1	12
De Empreitada Obras Públicas	54	51	0	1
De Prestação de Serviço	25	18	0	6
De Fornecimento de Bens	11	3	0	1
Programa	33	33	0	0
Aposentação	425	378	32	10
Provisória	372	328	32	3
Definitiva	26	23	0	1
Reserva	23	23	0	0
Antecipada	4	4	0	0
Pensão de Sobrevivência	88	85	0	2
Regresso de Licença	34	33	0	1
Total	985	868	37	59

No exercício de 2013, foram submetidos a visto 985 processos, dos quais 868 visados, 37 recusados o visto e 59 devolvidos e não reentradados, 21 em análise, e realizada auditoria a uma obra Municipal em concertação com o coordenador da área dos Municípios, cujo processo se encontra na fase do relato a aguardar as fases ulteriores.

- Nos processos de aposentação a recusa do visto deve-se à inconstitucionalidade de uma das normas do Decreto-Lei de execução orçamental.
- Na nomeação provisória a recusa deve-se ao congelamento de admissões.
- Na comissão de serviço uma recusa prende-se com a falta de requisitos para o provimento no cargo e a outra à falta da lei permissiva.
- No contrato de trabalho a recusa deve-se à falta de requisitos para o provimento e ao congelamento de admissão.

Principais resultados do Ano 2013 da Equipa do Parecer Sobre a Conta Geral do Estado



Em 2013 a Equipa do PCGE garantiu o alinhamento da gestão com 2 dos 5 objectivos Estratégicos da Instituição, o OE 1 - Emitir o PCGE com base em padrões de qualidade pré-definidos e o OE 4 - Capacitar o TCCV, desenvolvendo e aperfeiçoando a organização e o funcionamento internos. Desenvolveu um novo cronograma de trabalho, em sintonia com o II PE - 2012/2015 e o Manual Volume IV, que contemplou a análise e a fiscalização de 4 processos distintos: os trabalhos em curso com vista a emissão do PCGE de 2010 e de 2011, o acompanhamento da execução orçamental de 2013 e do processo de orçamentação de 2014. A equipa do PCGE priorizou os trabalhos concernentes à Emissão do PCGE 2011 elevando a sua qualidade técnica, objectivo 2º (40%) suportados pelos trabalhos de terreno, objectivo 3º (15%).

Aprovação e entrega do PCGE à Assembleia Nacional

A 22 de Fevereiro, o TCCV aprovou por unanimidade o PCGE de 2010, sob a responsabilidade do Coordenador e Relator, o Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado.

A 7 de Março, o Presidente do TCCV, Dr. José Carlos Delgado, entregou na AN o PCGE de 2010 que contemplou 85 observações e 35 recomendações formuladas ao Governo suportadas na MVCIL às diversas estruturas do MF implicadas na elaboração da CGE (DNOCP, DGCI, DGPCP e DGT) e nas auditorias sectoriais (1 ao Programa Nacional de Luta Contra Pobreza, 1 ao projecto de apoio ao Sector Rodoviário e 2 aos projectos de construção de estradas).

Socialização no TCCV e Audição Parlamentar do PCGE de 2010



A 8 de Março, a equipa técnica do PCGE de 2010, constituída pelas auditoras Dra. Sheila Costa, Dra. Sónia Correia e Dra. Alice Fonseca e Coordenada pela Dra. Maria Jesus Andrade organizou, apresentou e socializou em traços gerais os principais aspectos dos 8 Capítulos do PCGE de 2010.

A 29 de Abril foi a vez do Sr. Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado, acompanhado da mesma equipa técnica apresentar em sede de Comissão Especializada de Finanças e Orçamento, o PCGE de 2010.

Trabalhos preparatório da emissão do PCGE de 2011

A CGE de 2011 deu entrada no TCCV a 22 de Maio de 2011. A 5 de Julho, a equipa técnica concluiu a sua análise preliminar e elaborou 3 planos e programas para o desenvolvimento das auditorias abaixo indicadas:

- MVCIL ao MF em 2013: Essencialmente de natureza financeira realizado nas principais direcções gerais (DNOCP, DNP, DGCI, DGPCP e DGPOG);
- Auditoria ao Circuito de PIP: Numa base amostral entrevistou 16 directores gerais das DGPOG ministeriais e a 40 gestores de projecto para o levantamento de informações visando a avaliação do SCI e do sistema de reporte com o MF na execução orçamental do PIP no horizonte de 3 anos (2011-2013);
- Auditoria ao Programa do Desenvolvimento do Sector Energético: Levantamento de informações para o pronunciamento da conformidade legal e da regularidade financeira no PCGE de 2011 das operações orçamentais, do cumprimento das obrigações fiscais, da situação patrimonial e dos procedimentos contratuais.

Acompanhamento da CGE de 2013 e do Orçamento do Estado para 2014

O processo de acompanhamento da execução orçamental de 2013 e da proposta de orçamentação de 2014 foi garantido pela equipa do PCGE ao longo da execução da MVCIL ao MF com os principais resultados reproduzidos no respectivo relato e relatório. No dia 07 de Outubro de 2013, a Ministra das Finanças, Dra. Cristina Duarte entregou a proposta do OE para 2014 à AN, na sequência daquela entrega, foram realizadas pela equipa do PCGE algumas acções enquadradas no processo de acompanhamento da proposta do OE para 2014.

Nos dias 31 de Outubro, 7 de Novembro e 15 de Novembro a equipa técnica participou nas conferências "Orçamento do Estado para 2014, uma leitura empresarial e os desafios do presente e do futuro", "O impacto do Orçamento do Estado nos jovens emprego e qualificação" e "O Orçamento do Estado para 2014 e os desafios do emprego e o desenvolvimento do sector privado", respectivamente. A equipa técnica garantiu ao longo do ano o seguimento das informações veiculadas na comunicação social e acompanhou na qualidade de ouvinte a sessão plenária de discussão e aprovação do OE para 2014 que aconteceu no dia 22 de Novembro de 2013.

Cooperação com Instituições Congéneres e Formações no Exterior



Em Março, a equipa do PCGE recebeu o Presidente do TC de São Tomé e Príncipe, Dr. José António de Monte Cristo e apresentou a experiência Cabo-verdiana em "2 Décadas de Emissão do PCGE pelo TCCV".

Equipa do PCGE colabora com o TCCV e com as outras áreas

No âmbito da emissão do PCGE de 2010 e 2011, a equipa do PCGE recebeu o apoio e a colaboração da equipa da Fiscalização Prévia garantida pela técnica auditora, Dra. Alice Fonseca, através da redacção do "Tema Contratação Pública" e na realização da auditoria ao Programa Desenvolvimento do Sector Energético (DSE) no MTIE, o apoio jurídico do Coordenador da Fiscalização Prévia, Dr. João da Cruz na análise dos procedimentos contratuais do PCGE de 2011. Entre Abril e Maio a Dra. Sheila Costa integrou, a equipa de auditoria ao FAMI e ao IE com a Dras. Ana Furtado, Elizabeth Almeida, Joselina Pires, apoio jurídico da Dra. Alice Fonseca da Fiscalização Prévia e o Consultor da PWC, Dr. David Esteves. Entre 30 de Maio e 5 de Junho, o auditor Dr. David Rocha apresentou aos técnicos financeiros e contabilísticos das escolas secundárias e dos institutos públicos as Novas Instruções da Prestação de Contas do TCCV.

Principais resultados do Ano 2013 da Equipa FSA, IP e Embaixadas

Em cumprimento dos objectivos formulados no Plano Estratégico II PE 2012-2015 bem como no Plano Anual de Fiscalização (PAF), aprovado em plenária, planearam-se as actividades a desenvolver durante o exercício 2013 e formularam-se estratégias de análise das contas que contribuíram para à redução das Contas de Gerência atrasadas, sendo os resultados espelhados no quadro abaixo:

DESIGNAÇÃO	Previsão	Execução	Tz. Exec
Equipa FSA, IP e Embaixadas	141	153	109%
Relatório Inicial	83	79	95%
Relatório Final	55	63	125%
Auditoria	3	5	167%
Equipa Eliminação Atrasados	73	73	100%
Relatório Inicial	72	72	100%
Relatório Final	1	1	100%
TOTAL	214	226	106%

O ano iniciou, priorizando a elaboração dos relatórios finais pendentes de finalização, visando o julgamento das Contas de Gerência.

Entre Março e Junho a Equipa esteve envolvida em auditorias financeira e de conformidade, com assistência técnica de um consultor externo da PwC, as seguintes entidades:

- Institutos de Estradas, gerências 2010 e 2011;
- Fundos Autónomo de Manutenção Rodoviária, gerências 2009, 2010 e 2011;
- Hospital Baptista de Sousa, no nível do SCI e procedimentos do Hospital.

A pedido do Secretariado Executivo da CPLP foi realizada em Junho uma auditoria financeira ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa, relativa à gerência de 2012. Entre Setembro / Outubro dois auditores da Equipa estiveram envolvidos numa auditoria financeira e de conformidade a Embaixada de Cabo Verde em Brasília, abrangendo as Contas de Gerências 2010, 11, 12 e até Setembro 2013.

Conforme o quadro apresentado, dos 141 processos previstos analisaram-se um total de 153 processos, atingindo a Equipa uma taxa de execução na ordem dos 109%, representando um desempenho positivo da Equipa no ano. No exercício 2013, para além das actividades previstas no PAA da Equipa, importa referir que foram analisadas no âmbito do Projecto de Eliminação das Contas Atrasadas (2ª fase), um total de 73 processos com relatórios produzidos (sendo 45 processos das áreas dos Municípios suas Associações e Escolas Secundárias e 28 processos das áreas dos Institutos Públicos, Órgãos de Soberanias, FSA e Agências Reguladoras), perfazendo um total de 226 processos analisados em 2013. Importa ainda realçar que durante o exercício 2013 para além das actividades reflectidas no PAA a Equipa participou em outras actividades promovidas pelo TCCV, designadamente formações que visam melhorar e capacitar os seus técnicos e Jurisdicionados. Sendo elas:



- Apresentação aos Directores, Responsáveis e quadros dos Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos, Agências Reguladoras, Escolas Secundárias e Associações de Municípios, que participam na elaboração das contas de Gerências, das Novas Instruções de Prestação de Contas do TCCV;
- Formação de capacitação no "Programa informático de auditoria CCH Team Mate", ministrado por um Consultor da PwC;
- Nos dias 28 e 29 de Outubro, todos os técnicos da Equipa, participaram da acção de formação do TCCV "Relacionamento Interpessoal e Organização" ministrado por consultores externos.

Principais recomendações formuladas pela Equipa em 2013

No exercício das suas funções é prática da área formular recomendações com vista a acautelar futuras irregularidades e ilegalidades, melhorar a prestação de contas e contribuir por uma melhor gestão da coisa pública e, em última instância, uma melhor utilização dos recursos públicos. São elas:

- Apresentar as contas de gerência tempestivamente e de acordo com as instruções genéricas do TCCV aprovadas pela Resolução nº 6/2011 de 19 de Outubro, publicado no B.O nº 26, II serie de 19 de Abril, e de acordo com as orientações transmitidas pela equipa de auditoria;
- As instruções, normas e procedimentos devem ser adequadamente formalizadas por escrito e divulgadas a fim de vincular todos os responsáveis pela sua emissão e respectivos responsáveis pela execução;
- Assegurar que as contabilidades orçamentais e patrimoniais espelhem a verdadeira situação da Instituição, em termos de fluxos de verbas extra-orçamentais e de endividamento;
- Efectuar com a maior urgência a inventariação e os respectivos registos, amortização e valorização de todos os bens da Instituição, ficando o mesmo registado informaticamente com identificação do património/bens existentes;
- Garantir a correcta elaboração das reconciliações bancárias, reportadas a uma data e com indicação das datas e descritivos de todas as operações;
- Proceder sempre à entrega dos descontos efectuados até ao décimo quinto dia do mês seguinte ao do pagamento dos rendimentos, pois a não entrega de descontos constitui infracção punível com multa nos termos da alínea a) do artigo 35º da Lei nº 84/IV/93 de 12 de Julho.

Principais resultados do Ano 2013 da Equipa Municípios, suas Associações e Escolas Secundárias.



O plano de actividades da equipa referente ao ano de 2013 baseou-se fundamentalmente no Objectivo Estratégico III, do Plano Estratégico de Tribunal de Contas, definido para o Triénio 2012 a 2015, que consiste em "Analisar e Julgar as contas em tempo oportuno."

O ano de 2013 caracteriza-se por grandes melhorias em termos de produtividade da equipa, quer em termos quantitativo quer qualitativo. Entende-se que graças a muito trabalho e um enorme esforço e envolvimento de cada elemento da equipa conquistou-se grandes melhorias a nível de redução das contas atrasadas e entende-se que a eliminação dos atrasos poderá ser consolidada já em 2014, com a elaboração de todos os relatórios finais das contas em atrasos, faltando apenas a conclusão do julgamento das mesmas. Durante o ano a equipa conseguiu elaborar 99 relatórios, sendo 45 referente a verificação interna de contas e 52 correspondente a relatórios finais. Estes dados representam uma execução de 90% das actividades previstas no plano de actividades de 2013. O desvio verificado deve-se a destacamento de um auditor para a equipa de PCGE. Convém realçar ainda que foram previstas no plano de actividades de 2013 a realização de duas auditorias e foram executadas na totalidade, tendo sido auditadas as contas de 2010, correspondentes às Câmaras Municipais de Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau. Durante o ano de 2013 foram julgados sete processos e resultaram em cinco condenações. Comparativamente ao ano de 2012, as actividades executadas em 2013 apresentam um acréscimo de 32%, face ao ano transacto e representam 23 relatórios a mais. De salientar, porém, que as auditorias e a verificação interna de contas, foram realizadas de acordo com o novo manual de procedimentos de auditoria do Tribunal de Contas. Os resultados alcançados em 2013 demonstram claramente as vantagens do novo método de trabalho implementado no seio da equipa. De acordo com o nível de desempenho verificado, 214 processos dos Municípios e suas associações e 43 processos das Escolas Secundárias transitaram para o ano de 2014. É importante realçar ainda que relativamente às contas autuadas no tribunal de Contas apenas três correspondem ao ano de 2010, e as restantes referem ao ano de 2011 e 2012. Isso comprova claramente os avanços conseguidos relativamente à eliminação das contas atrasadas



É NOTÍCIA

Nova lei de Organização e Funcionamento do Tribunal de Contas

Deu entrada no passado dia 3 de Janeiro, na Assembleia Nacional, uma proposta do Governo que estabelece uma nova estrutura da Organização e Funcionamento do Tribunal de Contas de Cabo Verde.

Da leitura da mesma constata-se que tal difere em alguns pontos essenciais da proposta apresentada pelo Tribunal de Contas à Chefia do Governo. Assim, o Tribunal aguarda que a mesma seja analisada pelas comissões e como no passado, em sede de audição parlamentar dará o seu ponto de vista sobre a proposta em causa.